

Negócios

Leilão corre risco de não atrair compradores, pelo alto passivo das companhias, prejudicando a capacidade de investimentos das concessões; aposta é que estrangeiros possam ficar de fora

Venda de distribuidoras da Eletrobras pode prejudicar serviços nas regiões

ENERGIA ELÉTRICA

Rodrigo Petry e Agências
São Paulo
rodrigopetry@dcicom.br

● À venda por valores simbólicos, um grupo de distribuidoras do sistema Eletrobras pode ir à leilão até o final do ano, suscitando dúvidas sobre a qualidade do serviço que vão conseguir executar, uma vez que operam no vermelho.

As distribuidoras que devem ser colocadas à venda — antes da Eletrobras como um todo, o que deverá ocorrer apenas em 2018 —, estão localizadas em regiões com baixa atratividade, em termos de retorno sobre o capital investido, para grandes investidores, como os estrangeiros.

Além disso, segundo fontes do setor elétrico, o montante de passivos das distribuidoras poderia beirar os R\$ 10 bilhões. Questionada pelo DCI, a Eletrobras afirmou apenas que “a modelagem da desestatização das distribuidoras e o valuation das empresas ainda está em análise”.

Entre os Estados que terão as áreas de distribuição concedidas estão Amazonas, Alagoas, Acre, Rondônia, Roraima e Piauí. “Elas estão localizadas em regiões com baixa densidade e uma população com renda muito baixa, complicando a rentabilidade das operações”, diz o pesquisador do grupo de economia



As seis subsidiárias de distribuição de energia elétrica atendem Estados no Norte e Nordeste do País

da energia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Ronaldo Bicalho.

Segundo ele, para a Eletrobras é muito interessante se desfazer destas operações, sobretudo pelo alto custo de mão de obra das subsidiárias. O segmento de distribuição é o que acarreta maiores encargos com trabalhadores no setor de energia, acima dos segmentos de geração e transmissão.

“A questão é sobre como vão ficar os serviços nessas regiões. Será que privatizar vai resolver os problemas de atendimento? A Eletrobras cumpre um papel de abastecimento nestas regiões, que pode não atrair o se-

tor privado” comenta Bicalho.

Para o presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales, será extremamente desafiador para os investidores assumirem essas distribuidoras. “As empresas contam com um alto grau de destruição. Elas receberam aportes bilionários nos últimos anos, mas mesmo assim descumpriram os padrões de qualidade dos serviços”, ressalta.

Prejuízo

Para se ter uma ideia da dificuldade que os investidores terão, o presidente da companhia, Wilson Ferreira Jr, declarou na última semana

que a geração de caixa da companhia poderá se elevar em cerca de R\$ 1,1 bilhão, caso avance o processo de privatização das seis distribuidoras do Norte e do Nordeste, e a empresa se livre dessas despesas. A intenção do governo é melhorar o balanço da Eletrobras, elevando sua atratividade aos investidores para o leilão.

Para a diretora da Thymos Energia, Thais Prandini, o desafio das empresas será equalizar os passivos das subsidiárias e ainda “gerar retorno”. Ela avalia que, caso alguma delas não atraia interessados, poderá haver um reajuste da tarifa para torná-las mais atraentes.

Mudança deve elevar valor da conta de luz

O quadro de chuvas fracas e de reservatórios em baixa está preocupando o governo federal, que poderá reavaliar a metodologia de acionamento das bandeiras tarifárias, elevando o preço cobrado pela energia quando se acionam as termoeletricas. O assunto será discutido hoje pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Uma das opções na mesa é a revisão no processo, acarretando em aumento no preço da conta para o consumidor final. O assunto deverá render uma audiência pública. Atualmente, a metodologia considera o valor do Custo Marginal de Operação (CMO) para o mês subsequente, porém, o diretor geral da Aneel, Romeu Rufino, considera que esse valor é muito volátil, defendendo que seja considerado o nível de armazenamento dos reservatórios.

Para Rufino, isso poderia evitar uma bandeira verde como a observada em meados do ano, quando já se esperava uma hidrologia desfavorável durante o período seco. A nova metodologia, afirmou, deve entrar em vigor no ano que vem.